

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA PETRA ENERGIA S.A.

ENTRE

PETRA ENERGIA S.A.

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

STR PROJETOS E PARTICIPAÇÕES EM RECURSOS NATURAIS S.A.

PETRA ENERGIA PARNAÍBA LTDA.

ROBERTO VIANA BATISTA JÚNIOR

22 DE AGOSTO DE 2012



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA PETRA ENERGIA S.A.**

Pelo presente instrumento, de um lado,

(A) **PETRA ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco nº 157, CEP 20040-006, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 07.243.291/0001-98, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.3.0029166-1, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia");

e, de outro lado,

(B) **PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima nº 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social, neste ato agindo na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da presente emissão ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário"); e

como garantidores,

(C) **STR PROJETOS E PARTICIPAÇÕES EM RECURSOS NATURAIS S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Piauí nº 874, Bairro Higienópolis, CEP 01241-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.251.676/0001-37, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("STR Recursos Naturais");

(D) **PETRA ENERGIA PARNAÍBA LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco 157, CEP 20040-006, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.165.334/0001-20, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social ("Petra Parnaíba"); e

(E) **ROBERTO VIANA BATISTA JÚNIOR**, casado, economista, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Albuquerque Lins nº 977, aptos. I e J, CEP 01230-001, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.383.233 e inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 193.511.784-04, com a expressa anuência de sua esposa, Maria Luiza Carneiro Campos Viana Batista, brasileira, pedagoga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 36.719.700-5 e inscrita no CPF/MF sob o nº 196.595.714-53, conforme procuração pública outorgada em 10 de maio de 2011 ("Fiador" e em conjunto com STR Recursos Naturais e Petra Parnaíba, "Garantidores");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia



Real e Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Petra Energia S.A." ("Escritura"), mediante as cláusulas e condições dispostas a seguir:

## 1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações, em observância ao disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e atualmente em vigor ("Lei das Sociedades por Ações"):

- a) da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 22 de agosto de 2012 ("RCA da Emissora");
- b) da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 22 de agosto de 2012 ("AGE da Emissora");
- c) da Reunião do Conselho de Administração da STR Recursos Naturais realizada em 22 de agosto de 2012 ("RCA da STR Recursos Naturais"); e
- d) da Reunião de Sócios da Petra Parnaíba realizada em 22 de agosto de 2012 ("Reunião de Sócios da Petra Parnaíba").

## 2. REQUISITOS DA EMISSÃO

2.1. A segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória, em série única (respectivamente, "Emissão" e "Debêntures"), e sua distribuição pública pela Emissora, com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita"), nos termos da Instrução nº 476, editada pela CVM em 16 de janeiro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução 476") serão realizadas com observância dos requisitos descritos nesta Cláusula.

2.2. Dispensa de Registro pela CVM e pela ANBIMA. A Emissão será realizada nos termos da Instrução 476, estando, portanto, automaticamente dispensada: (i) do registro de distribuição pública de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada e atualmente em vigor, conforme preceitua o artigo 6º da Instrução 476; e (ii) do registro perante a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA, tal como determina o parágrafo 1º do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

2.3. Arquivamento e Publicação das Atas dos Atos Societários Aplicáveis à Emissão e à Oferta Restrita. A ata:

- a) da RCA da Emissora será arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Jornal do Commercio";
- b) da AGE da Emissora será arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Jornal do Commercio";



- c) da RCA da STR Recursos Naturais será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Monitor Mercantil"; e
- d) da Reunião de Sócios da Petra Parnaíba será arquivada na JUCERJA.

2.4. Inscrição e Registro da Escritura. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão: (i) inscritos no Registro do Comércio, conforme disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) registrados perante os competentes cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo e uma via, devidamente registrada, que será entregue ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis contados do efetivo registro.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação. As Debêntures serão registradas para: (i) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução 476 e o cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da Instrução 476.

2.6. Registro das Garantias. As Garantias (conforme definidas na Cláusula 5.4.1 abaixo) deverão ser registradas nos termos e de acordo com os respectivos instrumentos de constituição das Garantias.

### 3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. Objeto Social da Emissora. O objeto social da Emissora, de acordo com o disposto em seu Estatuto Social, é a exploração, desenvolvimento, produção e beneficiamento de hidrocarbonetos e geração de energia.

### 4. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1. Número da Emissão. A presente Escritura constitui a segunda emissão de debêntures da Emissora.

4.2. Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão é de R\$148.990.943,18 (cento e quarenta e oito milhões, novecentos e noventa mil, novecentos e quarenta e três reais, setenta e oito centavos) ("Valor Total da Emissão").

4.3. Número de Séries. A Emissão será realizada em série única.

4.4. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 298 (duzentas e noventa e oito) Debêntures.

4.5. Colocação e Procedimento de Distribuição e Negociação. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de



colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, qual seja, Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder" ou "BTG Pactual"), nos termos da Instrução 476 e do Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, em Série Única, da Segunda Emissão da Petra Energia S.A., celebrado em 22 de agosto de 2012, entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

4.5.1. A colocação das Debêntures se dará de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP e o plano de distribuição da Oferta Restrita seguirá o disposto na Instrução 476 nos termos do Contrato de Distribuição.

4.5.2. A Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução 476.

4.5.3. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder acerca de contato de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita até o dia útil imediatamente subsequente ao recebimento de tal contato.

4.5.4. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que o Coordenador Líder, após consultar a Emissora, organizará o Plano de Distribuição, tendo, como público alvo, investidores qualificados, conforme definidos no Artigo 4º da Instrução 476 ("Investidores Qualificados").

4.5.5. Somente Investidores Qualificados poderão subscrever e adquirir as Debêntures na Oferta Restrita, observado que as Debêntures somente poderão ser negociadas (i) entre Investidores Qualificados; (ii) desde que seja em mercados regulamentados de valores mobiliários; e (iii) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo(s) Investidor(es) Qualificado(s), observado o cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da Instrução 476.

4.6. Banco Mandatário e Instituição Escrituradora. A instituição prestadora de serviços de banco mandatário e dos serviços de escrituração das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, não núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" e "Instituição Escrituradora", respectivamente, sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e a Instituição Escrituradora na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula).

4.7. Destinação dos Recursos. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão serão destinados pela Emissora para o pagamento de todos e quaisquer valores devidos nos termos da Cédula de Crédito Bancário nº 050/12, emitida pela Emissora em 04 de julho de 2012, em favor do



BTG Pactual ("CCB"), sendo que o valor excedente, se houver, poderá ser utilizado livremente pela Companhia.

4.8. Condições de Subscrição e Integralização. Sem prejuízo das condições previstas no Contrato de Distribuição, cujo não atendimento, se for o caso, deverá ser informado ao Agente Fiduciário pelo Coordenador Líder, a subscrição e a integralização das Debêntures, nos termos das Cláusulas 5.13 e 5.14 abaixo, somente será efetuada a partir da data de início da distribuição das Debêntures e após o cumprimento cumulativo e integral das seguintes condições ("Condições Suspensivas"):

- a) Comprovação ao Agente Fiduciário da devida celebração, emissão e registro de todos os instrumentos das Garantias listados na Cláusula 5.4.1 abaixo que, nos termos da Cláusula 5.4.1 abaixo, devam ser celebrados até a Data de Integralização;
- b) Comprovação ao Agente Fiduciário do cumprimento de todas as formalidades previstas nos Instrumentos das Garantias a que se refere a alínea (a) acima visando ao seu aperfeiçoamento, conforme os termos e prazos previstos nos respectivos instrumentos das Garantias; e
- c) Comprovação ao Agente Fiduciário do cumprimento das formalidades previstas nas Cláusulas 2.3 e 2.4 acima.

### CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Data de Emissão. Para todos os efeitos a data da emissão das Debêntures será 22 de agosto de 2012 ("Data de Emissão").

5.2. Conversibilidade, Tipo e Forma. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, sem emissão de certificados.

5.3. Espécie. As Debêntures serão da espécie com garantia real e garantia fidejussória.

5.4. Garantias. Os pagamentos (i) do saldo devedor do Valor Total da Emissão, da Remuneração (conforme definida abaixo), dos Encargos Moratórios e/ou dos Custos e Despesas da Emissão ("Valor Garantido das Debêntures"); (ii) do saldo devedor do valor total da primeira emissão de debêntures da Companhia ("Debêntures da Primeira Emissão"), da remuneração das Debêntures da Primeira Emissão, dos encargos moratórios e/ou dos custos e despesas das Debêntures da Primeira Emissão ("Valor Garantido das Debêntures da Primeira Emissão"); (iii) de quaisquer valores devidos nos termos das Garantias ("Valor Garantido das Garantias"); (iv) de quaisquer obrigações da Emissora decorrentes da CCB ("Valor Garantido da CCB"); e (v) de quaisquer obrigações da Emissora decorrentes das operações de troca de parâmetros (swap) nº SW1425/12 e nº SW1214/12 celebradas entre a Emissora e o Banco BTG Pactual S.A. em 04 de julho de 2012 e nº SW1961/12 celebrada entre a Emissora e o Banco BTG Pactual S.A. em 22 de agosto de 2012 ("Contratos de Swap" e "Valor Garantido do Swap", respectivamente e, em conjunto com o Valor Garantido das Debêntures, o Valor Garantido das Debêntures da Primeira Emissão, o Valor Garantido das Garantias e o Valor Garantido da CCB, simplesmente "Valor Garantido") serão garantidos, proporcionalmente aos seus respectivos saldos devedores, pelas



PC

garantias estabelecidas nas Cláusulas 5.4.1 e 5.4.2 abaixo, observadas ainda as condições dispostas nas Cláusulas 5.4.3 a 5.4.5 abaixo. As Garantias vigorarão até o pagamento integral do Valor Garantido ou, quando aplicável, até a ocorrência da Reorganização Societária (conforme definido na Cláusula 5.4.3 abaixo), o registro do Aditivo (conforme definido abaixo) no cartório de registro de títulos e documentos competente, conforme disposto nas Cláusulas 5.4.3 a 5.4.5 abaixo e da alteração do contrato social de que trata a cláusula 3.1(ii) do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas for devidamente arquivada nos registros de comércio competentes:

5.4.1. Garantia Fidejussória: O Fiador neste ato obriga-se, de forma solidária, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, como fiador, principal pagador e responsável pelo fiel e pontual pagamento da totalidade do Valor Garantido ("Fiança" ou "Garantia Fidejussória").

5.4.1.1. O Fiador se obriga a pagar o Valor Garantido, nos termos das cláusulas acima, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora e ao Fiador, informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer parte do Valor Garantido. Os pagamentos serão realizados pelo Fiador de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e fora do âmbito da CETIP.

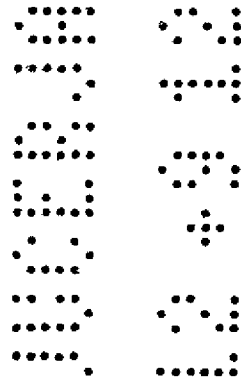
5.4.1.2. O Fiador expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333 parágrafo único, 366, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e nos artigos 77 e 595, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

5.4.1.3. O Fiador sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, o Valor Garantido, observado, entretanto, que o Fiador desde já concorda e se obriga a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado nos termos da garantia fidejussória aqui prevista somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura, exceto na medida em que seja necessário para preservar os seus direitos contra prescrição e/ou decadência, ressaltado que, em hipótese alguma, eventual discussão judicial entre o Fiador e qualquer Debenturista implicará atraso ou suspensão de cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora e Fiador nesta Escritura.

5.4.1.4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelo Fiador com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas, exceto se tal obrigação tiver sido cumprida pela Emissora.

5.4.1.5. A garantia fidejussória aqui estabelecida entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

5.4.1.6. Até a liquidação integral dos Valores Garantidos, o Fiador se compromete a não cobrar, receber ou de qualquer outra forma demandar da Emissora o pagamento de qualquer valor pago em decorrência da garantia aqui prestada, seja



11  
9

por sub-rogação ou a qualquer outro título, exceto na medida em que seja necessário para preservar os seus direitos contra prescrição e/ou decadência. Caso o Fiador receba qualquer pagamento da Emissora em decorrência da garantia aqui prestada antes da liquidação integral do Valor Garantido, o Fiador receberá tais valores em caráter fiduciário e se compromete a, independentemente de notificação ou outra formalidade, transferir imediatamente ao Agente Fiduciário, em fundos imediatamente disponíveis e transferíveis, até o limite do saldo devedor do Valor Garantido, os recursos então recebidos. Valores recebidos da Emissora pelo Fiador sem qualquer relação com as obrigações desta Escritura não estão sujeitos ao disposto nesta Cláusula, mas não exime o Fiador de qualquer obrigação prevista nos termos desta Escritura.

5.4.1.7. A fiança prestada pelo Fiador nos termos desta Cláusula 5.4 vincula o Fiador, bem como seus sucessores a qualquer título, inclusive na hipótese de qualquer reorganização societária, cisão, fusão, incorporação, alienação de controle, devendo este, ou seus sucessores, a qualquer título, assumirem prontamente a fiança aqui prestada. Nesta hipótese, a presente Escritura deverá ser aditada para que constem os dados do(s) sucessor(es) do Fiador.

5.4.1.8. Em virtude da Fiança, a presente Escritura será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em até 20 (vinte) dias a contar da data de assinatura. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original da Escritura devidamente registrada.

#### 5.4.2. Garantias Reais:

5.4.2.1. Alienação fiduciária em garantia de única e exclusivamente 40% (quarenta por cento) das ações de emissão da Emissora, nos termos e condições do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças, celebrado entre a STR Recursos Naturais, a Emissora, o BTG Pactual, na qualidade de credor da CCB e contraparte dos Contratos de Swap, e o Agente Fiduciário na qualidade de representante dos Debenturistas ("Alienação Fiduciária de Ações da Petra Energia" e "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente), a qual será substituída pela alienação fiduciária descrita na Cláusula 5.4.2.2 abaixo.

5.4.2.2. Alienação fiduciária em garantia da totalidade das quotas representativas do capital social da Petra Parnaíba, conforme o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas e Outras Avenças, celebrado entre a Emissora, a STR Recursos Naturais o BTG Pactual, na qualidade de credor da CCB e contraparte dos Contratos de Swap, e o Agente Fiduciário na qualidade de representante dos Debenturistas ("Alienação Fiduciária de Quotas da Petra Parnaíba" e "Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas", respectivamente), cuja eficácia se dará imediatamente após a conclusão da Reorganização Societária (conforme definida na Cláusula 5.4.3 abaixo).

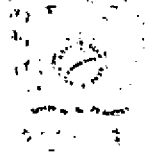
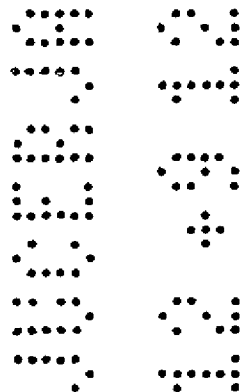
5.4.2.3. Penhor sobre: (i) a totalidade dos direitos de concessão de titularidade da Emissora nos blocos PN-T-48, PN-T-49, PN-T-50, PN-T-67, PN-T-68, PN-T-84, PN-T-85,



12/9

objeto do Contrato de Concessão Para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural BT-PN-4 n.º 48610.001414/2008-60, conforme aditado, do Contrato de Concessão Para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural BT-PN-5 n.º 48610.001415/2008-12, conforme aditado, do Contrato de Concessão Para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural BT-PN-6 n.º 48610.001416/2008-59, conforme aditado, do Contrato de Concessão Para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural BT-PN-7 n.º 48610.001417/2008-01, conforme aditado, do Contrato de Concessão Para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural BT-PN-8 n.º 48610.001418/2008-48, conforme aditado, do Contrato de Concessão Para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural BT-PN-9 n.º 48610.001419/2008-92, conforme aditado, e do Contrato de Concessão Para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural BT-PN-10 n.º 48610.001420/2008-17, conforme aditado (em conjunto, "Contratos de Concessão da Bacia do Parnaíba") (em conjunto, "Concessões da Bacia do Parnaíba"), que correspondem a 30% (trinta por cento) dos direitos das Concessões da Bacia do Parnaíba; e (ii) de determinados direitos de titularidade da Emissora nos termos da Cláusula 2.1 do Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes de Concessão de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural e Outras Avenças, celebrado entre a Emissora, o BTG Pactual, na qualidade de credor da CCB e contraparte dos Contratos de Swap e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Penhor de Direitos de Concessão da Bacia do Parnaíba" e "Contrato de Penhor de Direitos de Concessão da Bacia do Parnaíba" e, em conjunto com a Garantia Fidejussória, com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e com o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, "Garantias").

5.4.3. Reorganização Societária. Conforme estabelecido no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e no Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, a eficácia, constituição, aperfeiçoamento e/ou liberação de determinadas Garantias mencionadas na Cláusula 5.4.2 acima dependem da conclusão e formalização da reorganização societária a ser realizada pela Emissora, cujo objetivo final é segregar, na Petra Parnaíba, todos os bens e direitos hoje detidos pela Emissora e relacionados às Concessões da Bacia do Parnaíba ("Reorganização Societária"). As Partes reconhecem que a Reorganização Societária está sujeita à aprovação da Agência Nacional do Petróleo ("ANP") e da OGX Maranhão Petróleo e Gás Ltda. ("OGX") e, dentro de 30 (trinta) dias a contar da Data de Emissão as Partes deverão: (i) assinar todos e quaisquer documentos que sejam necessários para a realização da Reorganização Societária; e (ii) disponibilizar todos e quaisquer outros documentos, informações e dados necessários para a obtenção da aprovação pela ANP e OGX. Os pedidos de autorização deverão ser apresentados à ANP e OGX dentro de 3 (cinco) dias contados da celebração de todos e quaisquer documentos que sejam necessários para a realização da Reorganização Societária. As Partes deverão emendar os melhores esforços para, prontamente e de boa-fé, cumprirem com todos os requerimentos razoáveis realizados pela ANP e pela OGX para a realização da Reorganização Societária. Cada Parte deverá cooperar plenamente entre si no que tange aos requerimentos e negociações com a ANP e com a OGX para obtenção das respectivas aprovações, e concorda em disponibilizar prontamente tais informações requeridas por cada uma das Partes para o preparo dos referidos requerimentos e condução das

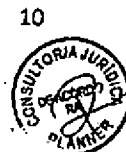


referidas negociações. Anteriormente à apresentação dos documentos necessários para a Reorganização Societária, a Emissora deverá enviar os melhores esforços para garantir que tais documentos estejam em pleno acordo com a legislação aplicável e sejam suficientes para cumprir os respectivos procedimentos de aprovação da ANP e da OGX. A Emissora deverá informar e enviar cópias para o Agente Fiduciário de todos e quaisquer documentos a serem apresentados à ANP e à OGX com, no mínimo, 3 (três) dias úteis de antecedência à apresentação. Tão logo sejam obtidas as autorizações necessárias, a Emissora deverá tomar todas as medidas complementares para consumação da Reorganização Societária. Uma vez consumada a Reorganização Societária, em termos e condições satisfatórios para o Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, a Emissora e os Garantidores concordam e consentem expressamente que:

a) a Alienação Fiduciária de Quotas da Petra Parnaíba prevista na Cláusula 5.4.2.2. acima tornar-se-á plenamente eficaz e exequível de acordo com seus termos e condições, ficando acordado, adicionalmente, que a Petra Parnaíba, as quotistas da Petra Parnaíba, o BTG Pactual, na qualidade de credor da CCB e contraparte dos Contratos de Swap e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, celebrarão aditivo ao referido instrumento para alienar fiduciariamente em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e do BTG Pactual, na qualidade de contraparte dos Contratos de Swap, as quotas então criadas pela Petra Parnaíba em razão da contribuição realizada pela Emissora na Petra Parnaíba dos bens e direitos associados às Concessões da Bacia do Parnaíba, sem prejuízo das demais disposições do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Petra Parnaíba ("Aditivo"); o qual deverá ser levado a registro no cartório de registro de títulos e documentos competente no prazo de 5 (cinco) dias úteis da celebração do referido aditivo; e

b) a Alienação Fiduciária de Ações da Petra Energia prevista na Cláusula 5.4.2.1. acima será desconstituída na data em que: (i) o Aditivo e o Contrato de Penhor de Direitos de Concessão da Bacia do Parnaíba estiverem devidamente celebrados, formalizados e registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, cuja validade dependerá apenas da implementação da condição suspensiva prevista na cláusula 2.1.2 do Contrato de Penhor de Direitos de Concessão da Bacia do Parnaíba; (ii) a alteração do contrato social de que trata a cláusula 3.1(ii) do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas for devidamente arquivada nos registros de comércio competentes. A rejeição da ANP à constituição do Penhor não impactará na liberação do gravame sobre as ações alienadas fiduciariamente.

5.4.4. Liberação das Garantias. O Agente Fiduciário deverá, automática e independentemente de autorização dos Debenturistas e observados os termos e condições dos respectivos instrumentos de constituição das Garantias, providenciar a liberação formal das Garantias, desconstituindo-as integralmente o mais rapidamente possível e no máximo em até 30 (trinta) dias contados da data do cumprimento, pagamento e integral quitação do Valor Garantido.



2.4.2. Processo de cancelamento das contas As garantias estabelecidas às Debitantes e alocadas para Emissoras e Debitantes, nos termos e condições desta Circular 2.4, serão canceladas com base na ocorrência de todos os eventos de cancelamento e não cancelamento garantidos, previstos no futuro, de Emissoras e Debitantes, exceto com relação à CTR. As Debitantes de Emissoras e Debitantes de Emissoras, exceto com relação à CTR, terão garantias canceladas imediatamente de cancelamento destas garantias.

2.4.3. Valor Nominal Unitário O valor nominal unitário das Debitantes será de R\$ 100,00 (cem reais e noventa e nove mil, novecentos e sessenta e seis centavos) ("Valor Nominal Unitário").

2.4.4. Data de Vencimento e Pagamento O vencimento final das Debitantes ocorrerá em 01 de julho de 2014 ("Data de Vencimento"). Ressaltando as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Circular 2.1, aplica-se de maneira obrigatória o pagamento das Debitantes, exceto na Data de Vencimento, a Emissora obrigada a pagar o pagamento das Debitantes, em antecipação, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, até a Data de Vencimento, desde que a Emissora ou a Data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de seu efetivo pagamento, sem prejuízo de outros pagamentos eventualmente posteriores. A Data de Vencimento, a Data de Pagamento de Remuneração (conforme definida abaixo) e/ou a Data do Fato de Liquidez são quaisquer datas incluídas em conjunto de "Data de Pagamento".

2.4.5. Amortização A amortização do principal das Debitantes será realizada, conforme as datas e percentuais indicados a seguir, sendo cada uma das datas uma "Data de Amortização".

DATA DE AMORTIZAÇÃO	PORCENTUAL DE AMORTIZAÇÃO
01/07/2013	20%
01/07/2014	20%

2.4.6. Mecanismo de amortização A amortização dos eventos abaixo relacionados ("Eventos de Liquidez"), a Emissora obrigada a efetuar a Amortização Antecipada sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debitantes em antecipação, que seja equivalente a 20% (vinte por cento) dos recursos a serem recebidos pela Emissora em virtude do respectivo evento de liquidez no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento dos recursos. Os recursos do evento de liquidez ("Evento de Liquidez") compreendem a amortização emitida pelo Agente Titular para a Emissora nesse evento, sendo, no caso de 20% (vinte por cento) dos recursos recebidos pela Emissora, os recursos destinados para a amortização das Debitantes, e os recursos destinados para a amortização das Debitantes em antecipação, exceto com relação à CTR, serão pagos em uma única data e evento, sendo que 20% (vinte por cento) dos recursos utilizados para a amortização das Debitantes não serão devidos às Debitantes.

2.4.7. Amortização das Debitantes A amortização das Debitantes, exceto com relação à CTR, será realizada de acordo com a Circular 2.1.



10/7

b) alienação de qualquer participação societária, alienação de ativos ou qualquer operação comercial cujos efeitos sejam substancialmente equivalentes a uma alienação de ativos ou cessão de participação societária de titularidade da Emissora, exceto se tal alienação estiver relacionada à Reorganização Societária.

Para os fins desta Escritura, "Controle" significa: (a) a titularidade de 50% (cinquenta por cento) mais uma ação ordinária com direito a voto, ou, quotas ou direito a distribuições a conta de participação no capital daquela pessoa; ou (b) o poder de dirigir a administração e/ou estabelecer políticas dessa pessoa em razão da titularidade desses direitos, por força de contrato ou a outro título. Termos derivados de Controle, como "Controlada", "Controladora" e "sob Controle Comum" terão significado análogo ao de Controle.

5.6.3. As Debêntures serão pagas antecipadamente nas hipóteses de ocorrência de vencimento antecipado, um Evento de Liquidez ou de um Resgate ou Amortização Antecipado (conforme definido na Cláusula 6.1 abaixo), sendo certo que o valor de resgate ou da amortização antecipada devidos pela Emissora deverá corresponder ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, no caso do resgate, ou de parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, no caso de amortização, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Evento de Liquidez ou da Data de Resgate ou Amortização Antecipado (conforme definido na Cláusula 6.1 abaixo) ("Preço de Pagamento Antecipado").

Atualização. Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

§ 8. Remuneração. Sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 2,45% (dois inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

5.8.1 A Remuneração será paga nas mesmas datas de cada Data de Amortização.

5.8.2 A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$





...  
...  
...

...  
...  
...

...

$$f(x) = \frac{1}{x^2} = x^{-2}$$

...  
...  
...

...

...

...

...

$$f(x) = \frac{1}{x^2} = x^{-2}$$

...

...  
...  
...

...

$$f(x) = \frac{1}{x^2} = x^{-2}$$

...

...  
...  
...

...

...  
...  
...

...

...

...

...

...

$$FatorSpread = \left\{ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right\}$$

Sendo que:

spread = Sobretaxa aplicável, conforme prevista acima, divulgada com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão  $(Fator DI \times FatorSpread)$  deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

5.8.3 Observado o disposto na Cláusula 5.8.4 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura, será utilizado, em sua substituição, para apuração de "TDI<sub>k</sub>", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora ou dos Garantidores quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

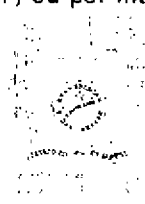
5.8.4 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pela taxa substituta determinada legalmente para tanto ou, em sua falta, pela taxa de juros média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais, apurados pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, ou, em sua falta, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias,



convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura, será utilizado, para apuração de "TDI<sub>k</sub>", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora ou os Garantidores e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura, será utilizado, para apuração de "TDI<sub>k</sub>", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, a Emissora se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura, será utilizado, para apuração de "TDI<sub>k</sub>", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

**5.9. Alocação de Custos e Despesas Tributárias.** Todos os custos e despesas de natureza tributária incorridos pelos Debenturistas em razão do pagamento, pela Emissora, dos valores pecuniários decorrentes da presente Emissão, incluindo, sem limitação, o Valor Garantido, serão de inteira responsabilidade da Emissora, que deverá, nas respectivas Datas de Pagamento e/ou Datas de Amortização, calcular e transferir em favor dos Debenturistas o montante financeiro total capaz de garantir, após a incidência dos impostos, taxas e contribuições aplicáveis (inclusive, sem limitação, o imposto de renda retido na fonte em caso de Debenturista não-residente), que todos os valores e rendimentos previstos nesta Escritura sejam integralmente revertidos aos Debenturistas, como se a incidência de tais impostos, taxas e contribuições não tivesse ocorrido.

**5.10. Local de Pagamento.** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados: (I) pela Emissora, por meio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, ou por meio da Instituição Escuritadora, com relação às



19  
4

Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) pelos Garantidores, em qualquer caso, por meio da Instituição Escrituradora.

5.11. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação assumida nesta Escritura, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do Preço de Integralização, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

5.12. Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas nas Datas de Pagamento e/ou Datas de Amortização, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês (calculado com base em 1 ano de 360 dias), sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas eventualmente incorridas para fins de cobrança ("Encargos Moratórios").

5.13. Prazo de Subscrição e Integralização. As Debêntures serão subscritas e integralizadas no prazo estabelecido no Contrato de Distribuição, desde que atendidas as Condições Suspensivas da Cláusula 4.8 acima.

5.14. Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização. As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do SDT, por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, à vista, em uma única data, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da remuneração conforme Cláusula 5.8 acima ("Preço de Integralização").

5.15. Repactuação. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

5.16. Publicidade. Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Jornal do Commercio", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Emissora poderá alterar o jornal acima por jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

5.17. Comprovação de Titularidade das Debêntures. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Escrituradora. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas no SND.

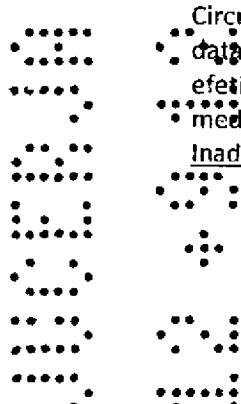
5.18. Imunidade de Debenturistas. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.



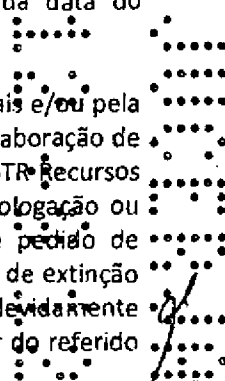
## 6. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL OU AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA

6.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, com aviso prévio, ao Agente Fiduciário, aos Debenturistas e à CETIP, de 10 (dez) dias da data do evento ("Data de Resgate ou Amortização Antecipado"), o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures (sendo vedado o resgate parcial das Debêntures), ou amortizações antecipadas sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures em Circulação, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, no caso do resgate, ou de parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, no caso de amortização, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem qualquer penalidade ("Resgate ou Amortização Antecipado"). Não será devido qualquer prêmio em caso de Resgate ou Amortização Antecipado.

## 7. VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Sujeito ao disposto na Cláusula 7.2. abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, dos Encargos Moratórios e dos Custos e Despesas da Emissão), mediante a ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):
 

a) inadimplemento: (A) por parte da Emissora, com relação ao pagamento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração, dos Encargos Moratórios e/ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias relativas às Debêntures em Circulação, à CCB, aos Contratos de Swap e as Debêntures da Primeira Emissão; e (B) pela Emissora e/ou pelos Garantidores, das obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura, na CCB, nos Contratos de Swap, nas Debêntures da Primeira Emissão e/ou nos instrumentos de Garantias, não sanado no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do respectivo inadimplemento;

b) ingresso em juízo, pela Emissora, Petra Parnaíba STR Recursos Naturais e/ou pela STR Projetos: (i) de requerimento de plano de recuperação judicial ou elaboração de plano de recuperação extrajudicial da Emissora, da Petra Parnaíba, da STR Recursos Naturais e/ou da STR Projetos, independente de ter sido obtida homologação ou deferimento judicial acerca de qualquer dos referidos planos; (ii) de pedido de autofalência, decretação de falência ou insolvência, bem como eventos de extinção ou liquidação da Emissora e/ou dos Garantidores, desde que não devidamente contestados e interrompidos no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar do referido inadimplemento, no caso de pedidos realizados por terceiros; e
 



c) mudança ou transferência a qualquer título do Controle direto da Emissora para pessoa que integre grupo econômico que tenha patrimônio líquido inferior ao patrimônio líquido do Grupo STR, à época da mudança ou transferência, sendo certo que será entendida como mudança ou transferência a qualquer título do Controle, qualquer operação que tenha por resultado: (i) os Controladores da Emissora passarem a deter ou ser beneficiários de menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do capital votante da Emissora; ou (ii) os Controladores da Emissora deixarem, por qualquer motivo, de ter o qualquer poder de direcionar ou determinar o direcionamento, de forma direta ou indireta, da administração e políticas da Emissora. Não será considerada uma mudança ou transferência de controle a alienação de participação na Emissora que resulte em compartilhamento do Controle da Emissora.

Para os fins desta Escritura, "Grupo STR" significa: o grupo de entidades Controladas, direta ou indiretamente, pela STR Projetos.

7.2. Respeitados os períodos de cura aplicáveis, a ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento indicados na alínea b) da Cláusula 7.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação nesse sentido. Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 7.1 acima, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre o vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere esta Cláusula deverá ser realizada no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

#### OBRIGAÇÕES DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES

8.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas em lei, nesta Escritura e nas Garantias, a Emissora adicionalmente obriga-se, nos termos do artigo 17 da Instrução 476, a:

- (1) preparar as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (2) submeter as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
- (3) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
- (4) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados no item (3) acima em sua página na Internet;



*[Handwritten signature]*

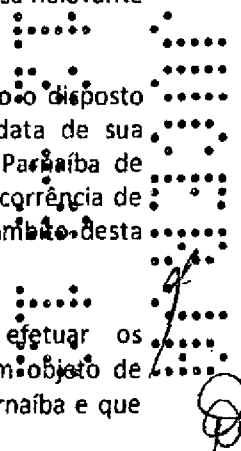
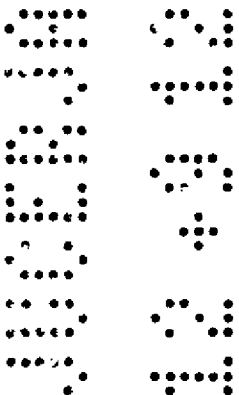
(5) observar as disposições da Instrução CVM n. 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;

(6) divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução 358, e comunicar a ocorrência de tal ato ou fato relevante imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder e à CETIP; e

(7) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

8.2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas em lei, nesta Escritura e nas Garantias, a Emissora e os Garantidores adicionalmente obrigam-se, conforme aplicável, a:

- a) não alterar o período de apuração do seu exercício fiscal;
- b) não: (i) ceder, onerar, vender, permitir a existência de qualquer hipoteca, penhor, alienação e cessão fiduciária, ônus, encargo, cessão, constituição de garantia, direito de garantia ou outro gravame ou encargo a título de garantia (cada um, "Gravame") sobre as quotas objeto do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas; (ii) permitir que a Petra Parnaíba preste qualquer garantia (incluindo aval ou fiança) ou conceda qualquer espécie de empréstimo ou crédito a qualquer Pessoa, no contexto de contratação de qualquer financiamento ou operação assemelhada; (iii) constituir qualquer Gravame sobre as Concessões da Bacia do Parnaíba objeto do Contrato de Penhor de Direitos de Concessão da Bacia do Parnaíba, exceto por penhor em segundo grau;
- c) não alterar seu ramo de negócio no setor de petróleo e gás;
- d) manter válidas todas as aprovações e requerimentos, societários, governamentais ou regulamentares, materiais e necessários à sua operação;
- e) cumprir com todas as leis, regras e determinações de órgãos governamentais aplicáveis, especialmente de natureza trabalhistas e ambientais, inclusive os Princípios do Equador, cujo descumprimento cause uma Mudança Adversa Relevante (conforme definido na Cláusula 11.1.1 abaixo);
- f) comunicar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, observado o disposto nesta Escritura, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de sua ocorrência, informações sobre qualquer descumprimento pela Petra Parnaíba de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura ou sobre a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento ou de um inadimplemento no âmbito desta Escritura;
- g) solicitar, tempestivamente, restituições tributárias e/ou efetuar os pagamentos de quaisquer tributos devidos, exceto aqueles que sejam objeto de medidas judiciais ou administrativas propostas de boa-fé pela Petra Parnaíba e que



estejam em conformidade com os procedimentos e instruções previstos pela legislação brasileira;

h) adimplir tempestiva e adequadamente com todas as obrigações legais e contratuais, inclusive as relacionadas a exploração, desenvolvimento e produção das concessões detidas pela Petra Parnaíba, tal como estabelecidas nos Contratos de Concessão, *joint operating agreements*, *farm-out agreements* e contratos de consórcio relacionados às Concessões da Bacia do Parnaíba;

i) comunicar ao Agente Fiduciário toda e qualquer alteração nos Contratos de Concessão, *joint operating agreements*, *farm-out agreements* e contratos de consórcio relacionados às Concessões da Bacia do Parnaíba;

j) conduzir seus negócios, manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as melhores práticas empresariais e com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

k) não realizar qualquer permuta de ações de Subsidiária ligada às Concessões da Bacia do Parnaíba, exceto mediante autorização dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral ou no âmbito da Reorganização Societária; e

l) disponibilizar e/ou informar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, nos prazos abaixo especificados, os seguintes documentos e/ou eventos:

(1) Demonstrações financeiras anuais devidamente auditadas, bem como as demonstrações financeiras trimestrais não auditadas (e não sujeitas a revisão limitada), preparadas em conformidade com as normas contábeis aceitas no Brasil; e

(2) Quaisquer decisões emitidas pelas autoridades governamentais, especialmente a Agência Nacional de Petróleo – ANP, que possam resultar em uma Mudança Adversa Relevante para as atividades da Petra Parnaíba.

8.3. Sem prejuízo de outras obrigações previstas em lei, nesta Escritura e nas Garantias, a Petra Parnaíba adicionalmente obriga-se a:

a) não prestar qualquer garantia (incluindo aval ou fiança) e não conceder qualquer espécie de empréstimo ou crédito a qualquer Pessoa, no contexto de contratação de qualquer financiamento ou operação assemelhada;

b) não alterar o período de apuração do seu exercício fiscal;

c) não alterar seu ramo de negócio no setor de petróleo e gás;

d) manter válidas todas as aprovações e requerimentos, societários, governamentais ou regulamentares, materiais e necessários à sua operação;

e) cumprir com todas as leis, regras e determinações de órgãos governamentais aplicáveis, especialmente de natureza trabalhistas e ambientais, inclusive os



Princípios do Equador, cujo descumprimento cause uma Mudança Adversa Relevante (conforme definido na Cláusula 11.1.1 abaixo);

f) comunicar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, observado o disposto nesta Escritura, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de sua ocorrência, informações sobre qualquer descumprimento pela Petra Parnaíba de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura ou sobre a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento ou de um inadimplemento no âmbito desta Escritura;

g) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer procedimento judicial, arbitral ou administrativo relevante à Emissora e/ou aos Garantidores que possam afetar a solidez ou liquidez das Garantias ou a capacidade de pagamento da Emissora das obrigações aqui estabelecidas;

h) solicitar, tempestivamente, restituições tributárias e/ou efetuar os pagamentos de quaisquer tributos devidos, exceto aqueles que sejam objeto de medidas judiciais ou administrativas propostas de boa-fé pela Petra Parnaíba e que estejam em conformidade com os procedimentos e instruções previstos pela legislação brasileira;

i) adimplir tempestiva e adequadamente com todas as obrigações legais e contratuais, inclusive as relacionadas a exploração, desenvolvimento e produção das concessões detidas pela Petra Parnaíba, tal como estabelecidas nos Contratos de Concessão, *joint operating agreements*, *farm-out agreements* e contratos de consórcio relacionados às Concessões da Bacia do Parnaíba;

j) comunicar ao Agente Fiduciário toda e qualquer alteração nos Contratos de Concessão, *joint operating agreements*, *farm-out agreements* e contratos de consórcio relacionados às Concessões da Bacia do Parnaíba;

k) conduzir seus negócios, manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as melhores práticas empresariais e com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

l) não realizar qualquer permuta de ações de Subsidiária ligada às concessões da Bacia do Parnaíba, exceto mediante autorização dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral ou no âmbito da Reorganização Societária; e

m) disponibilizar e/ou informar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, nos prazos abaixo especificados, os seguintes documentos e/ou eventos:

(1) Demonstrações financeiras anuais devidamente auditadas, bem como as demonstrações financeiras trimestrais não auditadas (e não sujeitas a revisão limitada), preparadas em conformidade com as normas contábeis aceitas no Brasil; e



25/

(2) Quaisquer decisões emitidas pelas autoridades governamentais, especialmente a Agência Nacional de Petróleo – ANP, que possam resultar em uma Mudança Adversa Relevante para as atividades da Petra Parnaíba.

Para fins desta Escritura, "Subsidiária" significa, no que toca a qualquer pessoa especificada, qualquer pessoa que, direta ou indiretamente, seja Controladora, seja Controlada por, ou esteja sob o Controle comum com a pessoa especificada; e "Pessoa" significa qualquer pessoa natural, jurídica, sociedade de responsabilidade limitada, parceria, sociedade limitada, sociedade individual, outra organização, "trust", união, associação ou autoridade governamental.

## 9. AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação. A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução 28"), para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- e) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução 28;
- f) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- g) ser uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- h) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



- i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- j) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculante e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- k) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- l) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura;
- m) verificou a regularidade da constituição das Garantias previstas nesta Escritura e observará a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e
- n) para fins da Instrução 28, seguem abaixo os dados relativos à emissão de debêntures realizadas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que o Agente Fiduciário tenha atuado como agente fiduciário, conforme aplicável:

**Emissora**

O Agente Fiduciário atua nas Debêntures da Primeira Emissão, a qual possui as características a seguir descritas. Correspondem à primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Petra Energia S.A., no valor total de R\$320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais). Foi emitido um total de 640 (seiscentas e quarenta) debêntures. O vencimento final das Debêntures da Primeira Emissão ocorrerá ao término do prazo de 36 (trinta e seis) meses e 3 (três) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 04 de julho de 2014. A emissão é garantida por: (i) fiança prestada pelo Fiador; (ii) alienação fiduciária em garantia de única e exclusivamente 40% (quarenta por cento) das ações de emissão da Emissora; (iii) alienação fiduciária em garantia da totalidade das quotas representativas do capital social da Petra Parnaíba; e (iv) penhor sobre dos direitos de concessão de titularidade da Emissora nos blocos das Concessões de Bacia do Parnaíba, que correspondem a 30% (trinta por cento) dos direitos das Concessões da Bacia do Parnaíba e de determinados direitos de titularidade da Emissora. Não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das Debêntures da Primeira Emissão até o presente momento.

9.3. Substituição. Nas hipóteses de ausência do Agente Fiduciário, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação,



ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.5 abaixo.

9.3.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta Restrita, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

9.3.3. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário: (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução 28; e (ii) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado no Registro do Comércio competente e averbado no cartório de registro de títulos e documentos das comarcas competentes, incluindo a comarca da sede do agente fiduciário substituto, caso o agente fiduciário substituto esteja localizado em outra comarca.

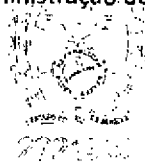
9.3.4. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

9.3.5. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

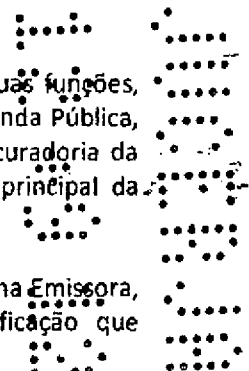
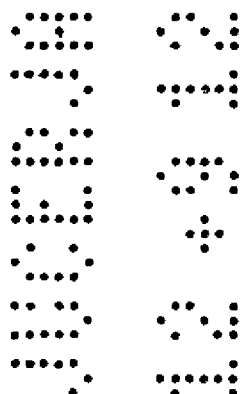
9.3.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4. Deveres. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;



- c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- e) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- f) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- i) verificar a regularidade da constituição das Garantias, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima, e observar a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- j) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- k) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de notificação que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- l) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 5.16 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- m) comparecer às Assembleias Gerais dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;



29  
1

n) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- (1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (2) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- (4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (5) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (6) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
- (7) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à ocorrência de qualquer dos eventos de Inadimplemento;
- (9) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias previstas na Escritura;
- (10) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução 28; e
- (11) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

o) disponibilizar o relatório de que trata a alínea n) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

2



30  
4

- (1) na sede da Emissora;
- (2) no seu escritório ou, se instituição financeira, no local por ela indicado;
- (3) na CVM;
- (4) na CETIP; e
- (5) no endereço do Agente Fiduciário;

- p) publicar, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 5.16 acima, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea n) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea o) acima;
- q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- r) coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura;
- s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- t) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação poderá discriminar as providências judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP; e
- u) acompanhar a ocorrência dos Eventos de Inadimplemento e informar os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento.

9.5. Atribuições Específicas. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:



31

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas, incluindo, sem limitação, a excussão das Garantias; e
- d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da Cláusula 9.5 acima, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta ratificar a decisão do Agente Fiduciário por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 9.5 acima.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, parcelas anuais no valor de R\$ 1.000,00 (onze mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura desta Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes até a Data de Vencimento.

9.6.1. O Agente Fiduciário fará jus a uma remuneração adicional, em caso de vencimento antecipado das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures, equivalente a R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades relacionadas à Emissão e às Debêntures, a ser paga no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de comprovação da entrega pelo Agente Fiduciário e aprovação, pela Emissora, do relatório de horas, referente às atividades de: (i) assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação requerido pela Emissora; (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou Debenturistas e/ou Assembleias Gerais de Debenturistas; e (iii) implementação das decisões tomadas pelos Debenturistas; e (iv) execução das Garantias e/ou das Debêntures.

9.6.2. A remuneração não inclui as despesas com publicações, notificações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, se assim possível. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

9.6.3. A remuneração será acrescida dos seguintes impostos: (i) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); (ii) Contribuição ao Programa de Integração



37 7

Social (PIS); e (iii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

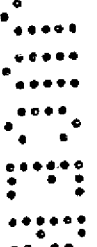
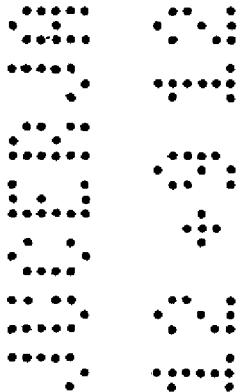
9.6.4. A remuneração disposta na Cláusula 9.6 acima, acrescida da remuneração adicional, conforme previsto na Cláusula 9.6.1 acima, será atualizada anualmente pelo Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na falta ou impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data prevista para o pagamento da primeira parcela, calculadas *pro-rata temporis*, se necessário.

9.6.5. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.6.6. O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se referem os incisos acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (i) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração; e (ii) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação.

9.6.7. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma da Cláusula 9.6.6 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas Garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

9.6.8. No caso de inadimplência do pagamento dos honorários do Agente Fiduciário pela Emissora incidirão: (i) multa não compensatória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro-rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento.



## 10. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. À Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas") aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.2. Convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pelos Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

10.2.1. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.2.2. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada em prazo mínimo de 8 (oito) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

10.3. Quorum de Instalação. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.4. Mesa Diretora. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

10.5. Quorum de Deliberação. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.5.1 abaixo, todas as deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, salvo se a lei exigir quorum superior.

10.5.1. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observado o quorum estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

10.6. Debêntures em Circulação. Para todos os fins e efeitos desta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas Controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), Controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob Controle Comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

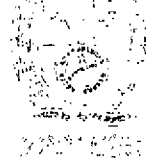


34  
5

## 11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

11.1. A Emissora e os Garantidores declaram e garantem ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, cada qual individualmente e em relação a si próprio, que:

- a) a Emissora e os Garantidores pessoas jurídicas são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações ou de sociedade limitada, conforme o caso, de acordo com as leis brasileiras e estão devidamente autorizadas a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- b) a Emissora e os Garantidores pessoas jurídicas estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura e os documentos das Garantias ("Documentos da Emissão") e o Contrato de Distribuição, bem como a cumprir com suas respectivas obrigações, e obtiveram todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, aprovações societárias, quando aplicável, à Emissão, à Oferta Restrita e às Garantias, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- c) as pessoas que as representam na assinatura dos Documentos da Emissão têm poderes bastantes para tanto;
- d) os Documentos da Emissão constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculantes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- e) a celebração dos Documentos da Emissão, a Emissão, a Oferta Restrita e as Garantias aqui estipuladas: (i) não infringem (a) seu estatuto social/contrato social, quando aplicável; (b) disposição legal, contrato ou instrumento dos quais sejam parte; (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que lhe são aplicáveis; e (ii) não resultarão em (a) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (b) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (c) exceto pelas Garantias, na criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou dos Garantidores;
- f) pagaram todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não o pagamento de tributos e contribuições previdenciárias (i) cujo não pagamento não acarretaria uma Mudança Adversa Relevante ou (ii) que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais, conforme o caso, tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- g) cumprem todas as leis, regulamentos e normas administrativas envolvendo, sem limitação, aspectos trabalhistas, previdenciários, tributários e ambientais, bem como determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize



35

negócios ou possua ativos, (i) exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé; e (ii) exceto na medida em que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não possa razoavelmente resultar em uma Mudança Adversa Relevante;

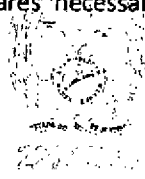
h) nesta data, (i) detêm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) necessárias para o exercício de suas atividades; e (ii) estão observando e cumprindo seus respectivos estatutos sociais e, exceto por aquelas cujo descumprimento não cause uma Mudança Adversa Relevante, quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil, contratos de concessão, *joint operating agreements*, *farm-outs* ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possam estar obrigados;

i) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contrárias que, de acordo com seu melhor conhecimento, razoavelmente poderia, individual ou conjuntamente, ter uma Mudança Adversa Relevante;

j) mantêm cobertura de seguro de ativos com seguradora de reconhecida capacidade financeira, contra perdas e riscos e em valores que estão de acordo com a região geográfica e os negócios em que estão engajadas e não têm qualquer razão para acreditar que não conseguirão renovar os seguros existentes quando expirar a cobertura ou obter cobertura conforme necessário para dar continuidade aos seus negócios a um custo que não resultaria razoavelmente em Mudança Adversa Relevante;

k) mantêm um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (i) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas de sua administração; (ii) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para manter contabilidade de seus ativos; (iii) o acesso a seus ativos seja permitido apenas de acordo com as autorizações gerais e específicas da administração; e (iv) os ativos registrados em sua contabilidade sejam comparados com os ativos existentes em intervalos razoáveis de tempo e as medidas apropriadas sejam tomadas em relação a quaisquer diferenças; exceto onde a não manutenção de um sistema de controle interno de contabilidade não possa razoavelmente resultar em uma Mudança Adversa Relevante;

l) possuem e detêm o título de todas as patentes, direitos de patente, marcas comerciais, marcas de serviço, nomes e bandeiras comerciais, direitos autorais e obras sob direitos autorais, segredos comerciais e informações comerciais confidenciais, *software* e outros direitos de propriedade intelectual similares necessários para capacitá-las a continuar conduzindo



seus negócios da forma como são atualmente conduzidos, exceto onde a falta deste título não possa razoavelmente resultar em uma Mudança Adversa Relevante;

- m) na data de liquidação das Debêntures e, imediatamente após, a Emissora, após ter efetuado a colocação das Debêntures, serão solventes, nos termos da legislação brasileira;
- n) não omitiram do Coordenador Líder nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa razoavelmente resultar em Mudança Adversa Relevante;
- o) não descumpriram ou vêm descumprindo qualquer norma, regulamento ou diretiva da ANP, ou ainda qualquer obrigação decorrente dos contratos celebrados no âmbito das Concessões da Bacia do Parnaíba, que possa resultar uma Mudança Adversa Relevante ou impactar a execução das Garantias;
- p) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas pela Emissora e pelos Garantidores ao Coordenador Líder anteriormente, ou concomitantemente, à presente data, para fins de análise e aprovação da Emissão, são corretas, verdadeiras, consistentes e suficientes em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações (consideradas como um todo) não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- q) a Emissora e os Garantidores ou qualquer de seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição, exceto com relação aqueles bens que são objeto de concessões governamentais e considerados de interesse público; e
- r) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora e aos Garantidores, que constam dos Documentos da Emissão, são, na data de assinatura desta Escritura, verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes.

11.1.1. Para fins desta cláusula, "Mudança Adversa Relevante" significa qualquer mudança adversa relevante nos negócios, na condição financeira ou nos ativos da Emissora e/ou dos Garantidores.

## 12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:



37

**Para a Emissora e/ou qualquer dos Garantidores:**

Petra Energia S.A.  
STR Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A.  
Petra Energia Parnaíba Ltda.  
Roberto Viana Batista Júnior  
Rua Piauí 874  
01241-000, São Paulo, SP  
At.: Sr. Roberto Viana Batista Júnior  
Sra. Sheila Sansone  
Telefone: (11) 3124-2470  
Fac-símile: (11) 3826-4271  
Correio Eletrônico: rvb@petraenergia.com.br  
sfs@petraenergia.com.br

**Para o Agente Fiduciário:**

Planner Trustee D.T.V.M. Ltda.  
AV. Brig. Faria Lima 3900, 10º andar  
04538-132, São Paulo, SP  
At.: Sra. Viviane Rodrigues  
Telefone: (11) 2172-2628  
Fac-símile: (11) 3078-7264  
Correio Eletrônico: vrodrigues@plannercorretora.com.br

12.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por correio eletrônico nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente).

12.2. Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Custos, Despesas e Taxa de Estruturação de Emissão. Todas e quaisquer despesas e custos incorridos com a auditoria legal e financeira da Emissora, a Emissão, a Oferta Restrita ou a execução dos valores devidos nos termos desta Escritura e dos instrumentos das Garantias, incluindo publicações, inscrições, registros, averbações, contratação do Agente Fiduciário e dos prestadores de serviços advogados e consultores externos, sendo certo que os custos incorridos com honorários advocatícios deverão ser previamente aprovados pela Emissora e serão limitados



ao custo máximo de R\$235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais) e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures ("Custos e Despesas da Emissão") serão de responsabilidade do Coordenador Líder, nos termos do Contrato de Distribuição.

12.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica. Esta Escritura, as Debêntures, as Garantias, constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

12.5. Cessão. Os Debenturistas poderão ceder os direitos e obrigações decorrentes da presente Escritura, observado ainda, que:

(a) diante da inexistência de um Evento de Inadimplemento, os Debenturistas não poderão ceder referidos direitos e obrigações a: (i) investidores que no momento de cessão tenham participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5,0 % (cinco por cento) do capital social total de quaisquer das seguintes empresas: (1) HRT; (2) OGX Petróleo e Gás Participações S.A.; (3) MPX Energia S.A.; (4) Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A.; e (5) Barra Energia do Brasil Petróleo e Gás Ltda. e suas respectivas afiliadas; e (ii) quaisquer outras companhias do setor de petróleo e gás; e

(b) diante da ocorrência e continuidade de um Evento de Inadimplemento, os Debenturistas poderão realizar transferências sem quaisquer restrições.

12.6. Sucessão. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

12.7. Aditamentos. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser inscritos na JUCERJA e averbados no cartório de registro de títulos e documentos das comarcas competentes.

12.8. Independência. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.9. Veracidade das Informações. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões.

12.10. Lei Aplicável. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.



39  
6

12.11. Resolução de Conflitos. Qualquer disputa, controvérsia, demanda ou litígio de qualquer natureza decorrente ou relacionado a esta Escritura deverá ser submetido à arbitragem na Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC") e será resolvido no âmbito das regras de arbitragem da CCBC ("Regras da CCBC"), em conformidade com as Leis da República Federativa do Brasil, que é a lei que rege a presente Escritura. O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros, que serão nomeados em conformidade com as Regras da CCBC. Cada Parte da arbitragem deverá nomear um árbitro e os árbitros assim nomeados conjuntamente nomearão o Presidente. Se houver mais de um demandante ou mais de um demandado, os demandantes ou demandados, conforme o caso, nomearão em conjunto um árbitro. Os árbitros devem falar e escrever fluentemente português e inglês e os advogados devem ser admitidos pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB para exercer a advocacia no Brasil.

12.11.1. O procedimento arbitral será realizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e será conduzido pela CCBC em caráter confidencial e no idioma português. A decisão arbitral deve ser proferida na jurisdição em que a arbitragem foi realizada e será final e vinculativa para as Partes. A decisão arbitral deverá ser proferida no prazo de 9 (nove) meses após o tribunal arbitral ser instalado. Esse prazo poderá ser prorrogado por até 6 (seis) meses adicionais pelo tribunal arbitral, desde que o tribunal arbitral indique as razões para a prorrogação. Caso qualquer das partes necessite ajuizar uma medida cautelar, seja ela preventiva, provisória ou permanente, as Partes elegem o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e as Partes acordam em não requerer que órgãos judiciais decidam sobre o mérito da demanda ou controvérsia objeto da arbitragem, exceto conforme estritamente necessário para a concessão de medida cautelar ou solução semelhante; fica ressalvado, no entanto, que estas disposições não limitam os direitos das partes, nos termos dos artigos 32 e 33 de Lei n.º 9.307, de 23 de setembro de 1996. As despesas e custos da arbitragem, incluindo honorários advocatícios, serão pagos pela Parte que der início ao procedimento arbitral, ou pela Parte que perder a causa, conforme determinado pelo tribunal arbitral.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, em 22 de agosto de 2012.

\*\*\*\*

(Restante da página intencionalmente deixado em branco. As assinaturas encontram-se nas 06 (seis) páginas seguintes.)



Handwritten signature.

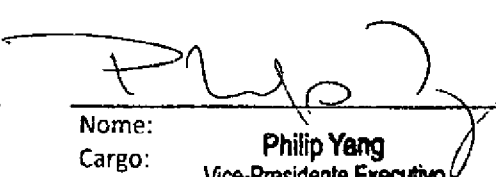


CO  
9

(Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Petra Energia S.A., celebrado entre Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., STR Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A., Petra Energia Parnaíba Ltda. e Roberto Viana Batista Júnior – Página de Assinaturas 1/6.)

PETRA ENERGIA S.A.

  
Nome: **HENRIQUE R. F. COSTA**  
Cargo: **Procurador**

  
Nome: **Philip Yang**  
Cargo: **Vice-Presidente Executivo**

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome : PETRA ENERGIA S.A  
Nire : 33.3.0029166-1  
Protocolo : 00-2012/301914-1

CERTIFICADO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº

ED33000356-9/000

DATA: 12/09/2012

Valéria S.M. Setta  
SECRETARIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome : PETRA ENERGIA S.A  
Nire : 33.3.0029166-1  
Protocolo : 00-2012/301914-1 - 28/08/2012  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 12/09/2012. E O REGISTRO SOB O NÚMERO  
E DATA ABAIXO.

ED33000356-9/000  
DATA : 12/09/2012

Valéria S.M. Setta  
SECRETARIA GERAL

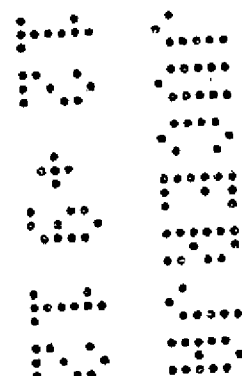
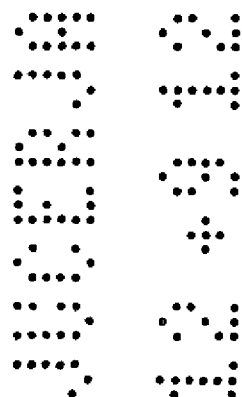


(Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Petra Energia S.A., celebrado entre Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., STR Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A., Petra Energia Parnaíba Ltda. e Roberto Viana Batista Júnior – Página de Assinaturas 2/6.)

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: Viviane Rodrigues  
Cargo: Viviane Rodrigues  
Diretora

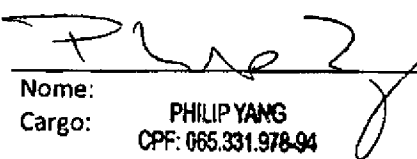
Nome: Artur M. de Figueiredo  
Cargo: Artur M. de Figueiredo  
Diretor

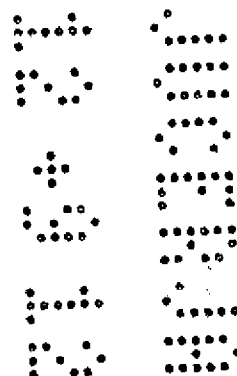
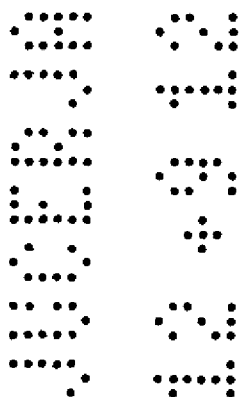


423  
(Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Petra Energia S.A., celebrado entre Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., STR Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A., Petra Energia Parnaíba Ltda. e Roberto Viana Batista Júnior – Página de Assinaturas 3/6.)

STR PROJETOS E PARTICIPAÇÕES EM RECURSOS NATURAIS S.A.

Nome:   
Cargo: ROBERTO VIANA BATISTA  
CPF: 193.511.784-04

Nome:   
Cargo: PHILIP YANG  
CPF: 065.331.978-94



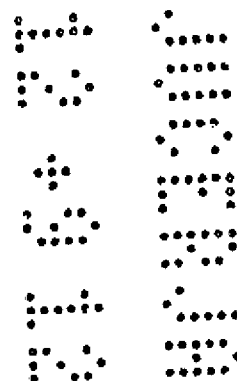
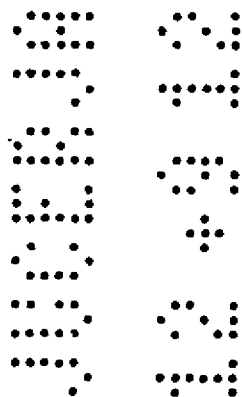
43

(Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Petra Energia S.A., celebrado entre Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., STR Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A., Petra Energia Parnaíba Ltda. e Roberto Viana Batista Júnior – Página de Assinaturas 4/6.)

PETRA ENERGIA PARNAÍBA LTDA.

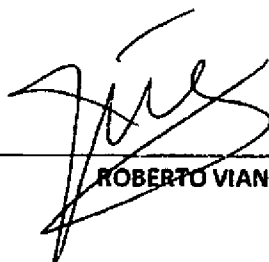
Nome: ROBERTO VIANA BATISTA  
Cargo: CPF: 193.511.784-04

Nome: Sheila Gomes Ferreira Sansone  
Cargo: CPF 165.820.118-39



44  
5

(Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Petra Energia S.A., celebrado entre Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., STR Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A., Petra Energia Parnaíba Ltda. e Roberto Viana Batista Júnior – Página de Assinaturas 5/6.)

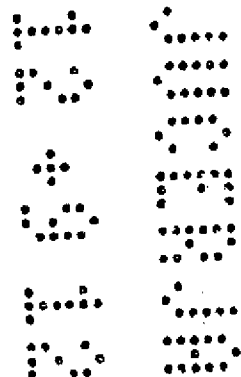
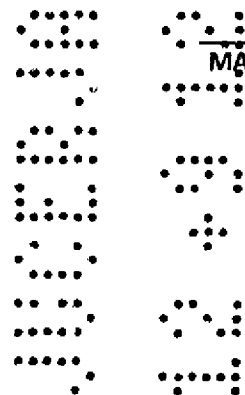


ROBERTO VIANA BATISTA JÚNIOR

Com Anuência de:



MARIA LUIZA CARNEIRO CAMPOS VIANA BATISTA



45

(Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Petra Energia S.A., celebrado entre Petra Energia S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., STR Projetos e Participações em Recursos Naturais S.A., Petra Energia Parnaíba Ltda. e Roberto Viana Batista Júnior – Página de Assinaturas 6/6.)

TESTEMUNHAS:

Nome: Rejane Assis  
 RG: 33.116.450-4  
 CPF:

Nome: Juliana Couto Reis  
 RG: 1209744  
 CPF:

